
CRIANÇA NA COMUNIDADE JONGO NA ESCOLA: A TRADIÇÃO DO JONGO RESSIGNIFICANDO PRÁTICAS EDUCATIVAS¹

Dr^a Patrícia Gomes Rufino Andrade²

RESUMO

O texto que agora apresentamos foi concebido durante pesquisa realizada em 2010-2012 objetivando prosseguir com estudos étnicos que abordam a problemática da compreensão do processo educacional da tradução de saberes nas comunidades jongueiras e caxambuzeiras, acompanhado do estudo de como essas práticas se refletem ou não nas escolas. O Jongo mirim foi uma proposta da Secretaria Municipal de Cultura de Conceição da Barra em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Conceição da Barra. Essa parceria resultou na condição da contratação de um “Mestre” de jongo para trabalhar a prática do jongo na escola. O projeto existe desde 2008, e conta hoje com 17 crianças. A pesquisa na escola permitiu que organizássemos momentos de interlocuções em que as crianças construíram textos, desenhos, relatos de experiências e contaram histórias sobre o quilombo. Esses momentos enriqueceram o trabalho e apontaram que a escola está caminhando com as práticas de jongo, porém há ainda necessidade de maior proximidade entre o fazer pedagógico e a prática jongueira.

Palavras-chave: Educação quilombola. Jongo Mirim. Fazer Pedagógico.

CHILD IN JONGO COMMUNITY IN SCHOOL: THE JONGO TRADITION AS NEW MEANING FOR EDUCATIONAL PRACTICES

ABSTRACT

The text that we now present was conceived during research conducted in 2010-2012 aiming to continue the ethnic studies that address the issue of understanding the educational process of translating knowledge in jongueiras communities and caxambuzeiras, accompanied by the study of how these practices are reflected or not at Schools. The Bantam Jongo was a proposal of the Municipal Culture Conceição da Barra in partnership with the Municipal da Barra Conception of Culture. This partnership resulted in the hiring of the condition of a "Master" of jongo to work practice jongo in school. The project exists since 2008 and now has 17 children. Research at the school allowed us to organize moments of dialogues in which children built texts, drawings, experience reports and told stories about the quilombo. These moments enriched the work and pointed out that the school is walking with the practices of jongo, but there is still need for greater proximity between the pedagogical and jongueira practice.

Keywords: Maroon Education. Jongo Mirim. Do Pedagogic.

¹ Texto produzido com fomento Programa de Extensão Jongs e Caxambus: Memórias de Mestres e Patrimônio cultural Afro-brasileiro (PROEX/UFES) Programa realizado com o apoio do PROEXT-MEC/SESu

² Prof^a Adjunta do Departamento de Educação, Política e Sociedade.

Colaboradora do Programa PROEXT 2016 - Jongs e Caxambus: Memórias de Mestres e Patrimônio Cultural Afro-brasileiro no Espírito Santo.

RESUMEN

El texto que ahora presentamos fue concebido durante una investigación realizada en 2010-2012 con el objetivo de proseguir con estudios étnicos que abordan la problemática de la comprensión del proceso educativo de la traducción de saberes en las comunidades jongueiras y caxambuzeiras acompañado del estudio de cómo esas prácticas se reflejan o no en las Escuelas. El Jongo mirim fue una propuesta de la Secretaría Municipal de Cultura de Conceição da Barra en asociación con la Secretaría Municipal de Cultura de Conceição da Barra. Esta asociación resultó en la condición de la contratación de un "Maestro" de jongo para trabajar la práctica del jongo en la escuela. El proyecto existe desde 2008, y cuenta hoy con 17 niños. La investigación en la escuela permitió que organizáramos momentos de interlocuciones en que los niños construyeron textos, dibujos, relatos de experiencias y contaron historias sobre el quilombo. Estos momentos enriquecieron el trabajo y apuntaron que la escuela está caminando con las prácticas de jongo, pero todavía hay necesidad de una mayor proximidad entre lo pedagógico y la práctica jiraira.

Palabras clave: Educación quilombola. Jongo Mirim. Hacer pedagógico

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: NA CONTRAMÃO DOS CURRÍCULOS HEGEMÔNICOS

As políticas de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trazem consigo importantes implicações pedagógicas para formação de professores. Uma delas refere-se às deficiências da formação inicial que necessita direcionar maneiras de educar para esse campo de conhecimento. Outra questão é a compreensão de que a temática não se restringe à população negra, mas trata de que fundamentados na lei 10.639/03, possamos garantir o direito de aprender novos conhecimentos, sem sermos obrigados a negar costumes, ideias, e até mesmo o pertencimento a qualquer que seja o grupo étnico-racial – garantindo o enfrentamento ao fenômeno social do racismo.

Ao pensarmos nas possibilidades educativas nas comunidades quilombolas, trazemos experiências vividas no campo da educação anti-racista que contribuem para reflexão um pouco mais aprofundada sobre o que observamos e queremos enquanto educadores em uma comunidade tradicional. O próprio conceito de “Comunidades Tradicionais” é colocado em xeque porque reflete a expansão rizomática diversa e difusa com que esse conceito se expande nos amplos campos teóricos dos estudos étnico-raciais. Então nessa compreensão é possível entender que trabalhar a Educação Quilombola, refere-se às diferentes formas em que considerando os contextos da Educação, ampla, diversa, garantida pela LDBN 9394/96, compreendam currículos que contextualizem e referenciem a história da população afro-brasileira nos territórios devidamente reconhecidos pela tradição familiar quilombola.

Dessa forma, neste texto dialogamos sobre a Educação Escolar Quilombola identificando práticas pedagógicas que, de acordo com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana deva ser

[...] desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.[...] (BRASIL 2013, p.59).

Do Plano destacamos quais sentidos compreendidos por nós atualmente, quando nos referimos às comunidades negras rurais, inscritas em suas terras e com diretrizes de uma pedagogia própria. De certa forma, existe um sentido que amplia nossas possibilidades quando inserimos nos campos do saber da educação os fazeres da educação anti-racista, que busca em suas inserções, possibilidades de articulações entre os sujeitos que trazem seus saberes elencados em práticas tradicionais. Esse limite de transposição entre o enfrentamento ao racismo e reconhecimento das relações sociais e culturais foram e continuam sendo subjugados nas comunidades quilombolas. Na verdade o que se coloca é que não fomos apenas (enquanto escola) impedidos de construirmos um processo pedagógico inclusivo legítimo, fomos impedidos de mexer em um pilar estruturante da sociedade brasileira que é a Educação, e nesse patamar o enfrentamento ao preconceito e a discriminação.

A disputa sempre é política, eis o grande conflito. No entanto nos perguntamos: Como estão sendo construídas as práticas pedagógicas para o efeito efetivo da Educação Étnico-Racial?

Nas disputas entre o que ensinar e o que se fazer evidente, na escola, as expressões culturais populares – cultos religiosos, festas, músicas, danças, entre outros – só são reconhecidas pelo processo de folclorização - Canclini (2006) - em que foram incluídas as representações das culturas das minorias, ou seja, populares, o que dificultava e ainda dificulta enxergar essas expressões de alegria e religiosidade como aprendizados que remetem à relações de organização política e social das comunidades negras propícias ao fortalecimento de laços transmitidos de geração em geração e que de certa maneira fortalecem a afetividade pela terra. São estes laços fundamentais para a identificação com o território. (HAESBART, 2004)

Para Canclini (2006) o popular é nessa história, o excluído, ou seja, servem àqueles e aquelas que não tem patrimônio ou não conseguem que ele seja reconhecido e conservado. Inclusos nesse processo de desconhecimento estão as expressões religiosas, os terreiros e todas as outras práticas relativas à ancestralidade negra.

CONTEXTOS METODOLÓGICOS E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Nosso diálogo agora contemplará algumas vivências que aconteceram durante pesquisa de doutorado em que apresento um recorte de práticas pedagógicas significativas realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental – Deolinda Lages, localizada na zona urbana de Conceição da Barra, em Santana.

A delimitação da pesquisa aconteceu em função da necessidade de aprofundarmos os sentidos pedagógicos apropriados à Educação Quilombola, e como tal, fazendo parte dos aspectos legais vigentes no art. 26 A da 9394/96. Foram realizados encontros com os grupos de professores, alunos e alunas independente das séries em que estavam, pois no Projeto do Jongo na escola são misturadas as faixas etárias e o quantitativo de crianças que varia entre 08 (oito) a quinze (15). Além dessa proposta especificamente com as crianças jogueiras, realizamos encontros com grupo focal, buscando compreender que conhecimento se tinha sobre realidade, a vida social da comunidade e sobre o processo de transmissão cultural. Em relação aos resultados, entendemos como processuais, pois continuam enquanto houver jongo ou memórias de jogueiros.

Desde 2005 insistimos na perspectiva de pensarmos o currículo para Educação Étnico-Racial, e em todo esse processo de investigação aprendemos muito na convivência com as comunidades - “práticas aos avessos” que, de certa forma, reverteram nosso processo de formação. Identificamos situações fronteiriças entre escola e comunidade, pois nesta conexão nos é possível compreender que o grande vínculo curricular da Educação Quilombola é a prática comunitária. Na verdade poderíamos ler essa “condição” como irreverente a um currículo tradicional, hegemônico, branco, que repetiu e disseminou por muitos anos uma história que deixava implícita a participação da população negra. Dessa forma há que se vincular na escola os processos que, por muito tempo permaneceram do lado de fora. Na escola Deolinda Lages não seria diferente.

Um dos olhares instigantes para a entrada na escola foi a festividade de São Bartholomeu realizada na comunidade de Santana, bairro onde está a escola. Parte da

comunidade atendida pertence ao entorno de Santana (Quilombo Velho) e parte vem do bairro próximo chamado Quilombo Novo – nome sugestivo, já que visualmente a população é negra.

Logo na chegada, causamos estranhamento nas crianças, porque muitas já nos conheciam das andanças pela comunidade – acompanhando a procissão, nas festividades ou no Programa do Jongu. Eu diria que "rodiei", como dizem os jongueiros "rodiei" muito pra decidir entrar na escola e embora já compreendesse essa demanda, a transmissão cultural do jongo foi uma das questões pautadas pelos mestres e membros jongueiros nas oficinas de mobilização comunitária. Todo esse movimento se fortaleceu com acompanhamento do Programa de Extensão "Jongos e Caxambu no Espírito Santo"³ em que nos situamos, que realizou algumas oficinas de mobilização, onde as famílias participaram contando suas histórias acompanhadas de algumas crianças que, além de estudarem no Deolinda, também tinham em suas famílias a tradição jongueira. Essa prática comunitária foi importante para a descoberta do Projeto Jongos na Escola, liderado por Mestre Antonio Conceição.

Descortinando as atividades realizadas na escola, traçamos uma proposta para apresentarmos a diretora, até mesmo para entender como o jongo se perpetuava nesse processo e por outro lado, fazer com que a escola fosse colaborativa em relação às informações necessárias. Acompanhar todo o Projeto de Extensão foi um direcionamento fundamental, investigando os processos criativos das práticas jongueiras. Descobrimos que na escola da comunidade havia um projeto de folclore organizado desde 2009, que previa além de várias outras apresentações, a participação dos jongueiros.

Das atividades apresentadas durante esse tempo (ANDRADE, 2013) chamou-nos muita atenção a propriedade das crianças sobre a história de alguns personagens – "Negro Rugério", "N'zinga", "Dandara" e "Chico Danta da Viola – violeiro de São

³ Conforme Andrade (2013), Guimarães e Oliveira (2014, p. 02), a "identificação da Equipe do Programa de Extensão [no ano de 2012], [é]: Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira (DCSO/PGCS/UFES) - Coordenador; Profª Drª Maria Aparecida Barreto (PPGE/CE/UFES, coordenadora do NEAB/UFES) – Supervisora in memoriam; Profª Drª Aissa Afonso Guimarães (PPGA/CAR/UFES) – Orientadora; Prof. Dr. Sandro José da Silva (PPGCS/DCS/UFES) – Co-orientador (integrante a partir do Edital PROEXT 2012); Patricia Gomes Rufino Andrade (Doutorado em Educação – PPGE/CE/UFES, vice-coordenadora do NEAB/UFES) – Colaboradora; Clair da Cunha Moura Junior (Mestrado em Artes – PPGA/CAR/UFES) – Colaborador; Luiz Henrique Rodrigues (Graduação em Ciências Sociais) – Bolsista; Larissa de Albuquerque Silva (Graduação em Ciências Sociais) – Bolsista; Rosana Henrique de Miranda (Graduanda em Ciências Sociais) – Bolsista; Jane Seviriano Siqueira (Graduanda em Ciências Sociais) – Bolsista.". Dentre as propostas de execução do referido Programa (2012) constava realização de Oficinas de Mobilização Comunitária nas regiões norte e sul do estado do Espírito Santo.

Benedito”, nomes que relatam partes da história da população negra no Norte do Espírito Santo. Esse material fez parte do Projeto do Folclore e foi trabalhado em conjunto com o conhecimento do jongo.

Uma de nossas visitas na escola foi justamente para trazer através das fotos dos lugares narrativas dos pais, tios, avós – principalmente os avós que se apresentam baluartes de reprodução e produção das histórias além de colaborar para entendermos se o contexto histórico desse tempo precederia ou não as atividades com o jongo. Marcaram a compreensão de um processo fundamentado pela tradição e possível de ser pensado no currículo escolar. Ainda nas oficinas de mobilização percebemos que, o que se tem e conhece, são contados e recontados pela memórias dos mais velhos, dessa forma a memória foi recorrente para o trabalho com a história da comunidade resguardando as práticas jogueiras.

Muito embora tenha a organização de um projeto educativo visando reconhecimento cultural das formas de expressão quilombolas, o projeto de folclore na escola ainda estigmatiza as comunidades negras, pois só são visualizados ou entendidos se houver alguma data comemorativa - treze de maio ou vinte de novembro. Mesmo com os ensaios do jongo mirim, por mais ou menos uma hora, uma vez por semana na escola não há envolvimento das professoras nem colaboração enquanto ensaiam.

Mestre Antônio Conceição, morador da comunidade, tocador de reco-reco do Jongo de São Bartholomeu, participante do grupo de Reis e jogueiro antigo, a pedido da comunidade e atendendo a um projeto da Secretaria Municipal de Educação – “Mais Educação” ofereceu-se para trabalhar como oficineiro ensinando jongo na escola, segundo ele, uma forma de [...] passar a brincadeira, distrair e perpetuar a tradição[...] (ANDRADE, 2013).

Ao chegar à escola, Mestre Antonio Conceição dirige-se ao fundo para começarem os ensaios de jongo...

*Mestre: Cadê a moça do jongo
Dançadeira: Tamborê tá
chamando Mestre: Cadê a moça
do jongo Dançadeira: Tamborê tá
chamando.*

Cantado o jongo de abertura, Mestre Antônio convida para iniciarem as brincadeiras. Tendo como modelo os grupos dos mais velhos, convida as meninas colocando-as à frente dos tamborzeiros. No jongo da escola, Mestre Antônio preserva a mesma linha dos procedimentos com os outros grupos jogueiros de adultos. Para os

meninos são dados os instrumentos, tambor, reco-reco, as meninas se organizam no ensaio como dançadeiras além do comando que foi dado a uma mocinha maior, com melhor desempenho no jongo, elas puxam as outras colegas como cabeceiras. Na foto abaixo é possível perceber essa condição.

Figura 01 – Ensaio do Jongo - Ao meio Mestre Antônio cercado pelas meninas do jongo, EMEF “Deolinda Lage”, 10 de agosto.



Fonte: Acervo particular da autora.

É das meninas o comando dos passos do jongo em acordo com a chamada do mestre. Dessa forma, Mestre Antônio ensina a hierarquia, as músicas, os jongos. São apropriadas músicas além de muitas conversas e risadas!! No que concerne às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, as instituições educacionais devem considerar,

[...] as expressões coletivas, as línguas reminiscentes, os marcos civilizatórios, as práticas culturais, as tecnologias e formas de produção do trabalho, os acervos e repertórios orais, os festejos, usos e tradições, a territorialidade [...] (BRASIL, PNIDCERER, 2013, pp.59/60).

Todas essas evidências foram insistentemente buscadas no processo pedagógico de implementação da Lei 10.639/2003, e nas atividades realizadas pelos jongueiros, porém é necessário enfatizar, que nossos professores estão em processo, ou seja, dificilmente vamos encontrar professores formados com curso de capacitação em História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o que se coloca como um limite para pensarmos os saberes comunitários, e o que entendemos como “Valores Civilizatórios” da população afro-brasileira - religiosidade, corporeidade, musicalidade, cooperativismo/comunitarismo, ancestralidade, memória, ludicidade, energia vital, circularidade identificados no material da “Cor da Cultura”. Todo esse arcabouço foi importante na busca sensível por práticas voltadas para Educação Étnico-Racial, e foi justamente o que tentamos trabalhar na compreensão do processo de transmissão cultural do Jongo na escola, como produção para Educação Quilombola.

Podemos apontar que a Educação Quilombola é um eixo da Educação Étnico-Racial, porque além da perspectiva de pensar o território, as práticas que levam ao constructo imaginário social da identidade quilombola, tem como fundamento o reconhecimento da população negra e o enfrentamento ao racismo que se manifesta intensamente na relação da terra com as populações negras no campo.

Diante dos desafios apresentados, concluímos que as representações sociais do jongo, são realizadas com muitas limitações na Escola Deolinda Lages, mas apesar da dificuldade de compreensão entre os próprios professores há o apoio institucional para que as práticas aconteçam e cada vez mais alunos e alunas são convidados a fazerem parte do grupo. Dessa forma entendemos o valor imensurável desta atitude, em que, mesmo sem tanta intensidade os profissionais que adentram o espaço escolar se permitem. Pois ao permitir o jongo na escola há o reconhecimento intrínseco da necessidade de articulações que levem ao reconhecimento das crianças e até mesmo dos adultos da conscientização racial, do que se entende por comunidades tradicionais e ainda das identidades assumidas a partir de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. *A educação do negro na comunidade de Monte Alegre/ES em suas práticas de desinvisibilização da cultura popular negra*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

_____, Patrícia Gomes Rufino. *Olhares sobre Jongos e Caxambus: Processos Educativos nas práticas religiosas afro-brasileiras*. 2013. Tese de Doutorado em Educação- Programa de Pós- Graduação em Educação, PPGE, UFES, Vitória, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para ensino de História e cultura afro-brasileira e africana*. Ministério da o Educação, SECADI, 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp. 2006.